

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

Senhores Acionistas:
Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

	Controladora			Consolidado			
	Nota	31/12/2017	31/12/2016	01/01/16	31/12/2017	31/12/2016	01/01/16
		Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
ATIVO							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	5	83.072	158.946	161.062	106.662	184.658	210.725
Títulos a receber	7	568	757	674			106
Concessionárias	6	60.903	55.464	53.388	62.206	56.396	54.588
Impostos e contribuições sociais	9	11.048	22.866	13.652	28.853	30.583	21.643
Dividendos a receber	12	21.729	30.053	21.729			
Prêmio de risco - GSF	13	2.702	2.702	2.702	2.750	2.750	2.750
Rendas a receber	8				4.218	6.767	5.188
Outros créditos	14	8	8	8	6.170	5.413	5.123
Total do Ativo Circulante		180.030	270.796	253.215	210.859	286.567	300.123
Não circulante							
Títulos a receber	7	6.926	6.738	9.972			3.407
Tributos diferidos	10	69.562	75.840	88.063	69.562	75.840	88.063
Empréstimos a receber	11			64.796			64.796
Prêmio de risco - GSF	13	27.690	30.391	5.777	28.181	30.930	5.879
Outros créditos	14	1.256	1.212	1.159	2.065	2.046	2.260
		105.434	114.181	169.767	99.808	108.816	164.405
Investimentos	15	1.080.299	1.134.653	1.230.785			
Imobilizado	16	10	13	17	1.126.527	1.166.396	1.202.013
Intangível	17		6	31	445.470	476.840	502.505
		1.080.309	1.134.672	1.230.833	1.571.997	1.643.236	1.704.518
Total do Ativo Não circulante		1.185.743	1.248.853	1.400.600	1.671.805	1.752.052	1.868.923
TOTAL DO ATIVO		1.365.773	1.519.649	1.653.815	1.882.664	2.038.619	2.169.046

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FÍNDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
		Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Receitas					
Custo da produção e do serviço de energia elétrica					
Custo do serviço de energia elétrica		(213.634)	(109.310)	(214.789)	(110.755)
Custo de operação		(124.189)	(199.248)	(68.155)	(58.762)
		(337.823)	(308.558)	(282.944)	(169.517)
		217.026	201.011	324.524	419.543
Lucro bruto					
Despesas e Receitas operacionais					
Despesas gerais e administrativas		(1.740)	(1.969)	(11.984)	(16.032)
Depreciações e amortizações		(28.733)	(28.752)	(30.176)	(29.861)
Outras despesas e receitas operacionais				(1.703)	122
		(30.473)	(30.721)	(43.863)	(45.771)
Resultado das participações societárias	15	34.903	69.641		
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		221.456	239.931	280.661	373.772
Resultado Financeiro					
Receitas financeiras		17.252	18.714	19.790	23.940
Despesas financeiras		(50.254)	(75.445)	(85.361)	(144.358)
		(33.002)	(56.731)	(65.571)	(120.418)
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		188.454	183.200	215.090	253.354
Tributos sobre o lucro					
Imposto de renda e contribuição social correntes		(43.830)	(24.800)	(59.310)	(72.004)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(6.278)	(12.223)	(4.525)	(9.415)
		(50.108)	(37.023)	(63.835)	(81.419)
Resultado líquido antes das partes beneficiárias	24.3.1	138.346	146.177	151.255	171.935
Partes beneficiárias		(13.835)	(14.618)	(13.835)	(14.618)
Lucro líquido do exercício		124.511	131.559	137.420	157.317
Atribuível aos acionistas controladores				124.511	131.559
Atribuível aos acionistas não controladores				12.909	25.758
Resultado por ação atribuível aos acionistas					
Resultado básico e diluído por ação (reais/ações)					
ON		0,57089	0,60321	0,57089	0,60321
PNA		0,67298	0,71107	0,67298	0,71107
PNB		0,57089	0,60321	0,57089	0,60321

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FÍNDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
		Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Resultado líquido do exercício					
Outros resultados abrangentes	24.4	124.511	131.559	137.420	157.317
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias		30	(18)	42	(26)
Resultado abrangente do exercício		124.541	131.541	137.462	157.291
Atribuível aos acionistas controladores				124.541	131.541
Atribuível aos acionistas não controladores				12.921	25.750

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FÍNDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
		Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Geração do valor adicionado					
Receita operacional		629.784	583.319	696.987	683.212
Receita relativa à construção de ativos próprios		629.784	583.319	688.011	671.196
Outras receitas				8.928	11.804
				48	212
(-) Insumos adquiridos de terceiros		(238.416)	(124.050)	(265.295)	(153.006)
Custos da energia comprada		(188.723)	(77.582)	(188.217)	(77.526)
Encargos de uso da rede elétrica		(46.655)	(43.370)	(48.434)	(45.028)
Materiais		(1)	(1)	(8.539)	(4.801)
Serviços de terceiros		(798)	(665)	(14.623)	(21.484)
Outros custos operacionais		(2.239)	(2.432)	(5.482)	(4.167)
Valor adicionado bruto		391.368	459.269	431.692	530.206
Retenções					
Depreciações e amortizações		(28.733)	(28.752)	(80.036)	(72.928)
Valor adicionado líquido produzido		362.635	430.517	351.656	457.278
Valor adicionado recebido em transferência					
Receitas financeiras		20.683	23.059	23.437	28.704
Resultado da equivalência patrimonial		34.903	69.641		
Valor adicionado total a distribuir		418.221	523.217	375.093	485.982
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal					
Remuneração direta		592	532	10.009	10.553
Benefícios		30	50	1.867	1.983
FGTS		7	76	669	700
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		92.062	81.323	125.156	155.498
Estaduais		67	4	178	410
Municipais				151	98
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros		50.254	75.445	85.361	144.358
Aluguéis		136.863	219.610	447	447
Remuneração de capital próprio					
Juros sobre capital próprio		59.900	66.214	59.900	66.214
Participações dos não controladores				12.909	25.758
Dividendos		40.001	54.300	40.001	54.300
Partes beneficiárias		13.835	14.618	13.835	14.618
		393.611	512.172	350.483	474.937
Lucros retidos		24.610	11.045	24.610	11.045
		418.221	523.217	375.093	485.982

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FÍNDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional
A Lajeado Energia S.A. (Companhia ou Lajeado ou Controladora), sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de São Paulo - SP, controlada da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), tem como principal objeto social a geração e comercialização de energia elétrica de qualquer origem e natureza, preparação de estudos de viabilidade e projetos, promoção da construção, da operação e da manutenção de usinas de geração. A Companhia poderá, ainda, participar de outras empresas, negócios e empreendimentos voltados à atividade energética.
A Companhia detém 73% do capital votante e 62,39% do capital total da Investco S.A. (Investco ou Controlada), sociedade anônima de capital aberto que tem, como objeto principal, a elaboração de estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado), localizada nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 05/97 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.
1.1 Concessão
A Investco é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas não é titular exclusiva do Contrato de Concessão. A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre a Companhia, titular de 72,27%, CEB Lajeado S.A., titular de 19,80%, Paulista Lajeado Energia S.A., titular de 6,93% e a Investco, titular de 1%. Portanto as referidas empresas, em conjunto, são as concessionárias da UHE Lajeado, formando o Consórcio Usina Lajeado. O Contrato de Concessão de exploração dos ativos da UHE Lajeado tem prazo de 35 anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033, podendo ser prorrogado, a critério exclusivo do Poder Concedente, nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias. A referida usina encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5 MW, representando uma potência total instalada de 902,5 MW, uma potência assegurada de 823,3 MW e uma energia assegurada de 526,6 MWh.
A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada, na condição de "Produtor Independente", nos termos do Contrato de Concessão, pelas citadas concessionárias, na proporção de suas participações.
Da potência e energia asseguradas, as concessionárias da UHE Lajeado deverão destinar 617,48 MW e 2.877.660 MWh/ano até o prazo final deste contrato para venda às empresas concessionárias de serviço público de distribuição. Caso as concessionárias não consigam entregar essa quantidade de energia, deverão ressarcir os agentes de mercado com os quais tem compromissos.
Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado entre as concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Nota 8), nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Como a Investco é titular exclusiva dos ativos que compõem

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado			
		31/12/2017	31/12/2016	01/01/16	31/12/2017	31/12/2016	01/01/16
		Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
PASSIVO							
Circulante							
Fornecedores	18	38.554	31.083	54.419	29.998	15.003	45.154
Impostos e contribuições sociais	9	26.334	20.059	25.525	102.310	85.734	66.054
Dividendos	12	80.941	72.473	151.239	91.753	86.340	161.969
Debêntures	19	152.597	156.296	6.483	152.597	156.296	6.483
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	20				7.920	11.228	7.920
Benefícios pós-emprego	21				23	57	39
Uso do bem público	22				4.574	4.584	4.268
Provisões	23				6.063	10.354	10.829
Outras contas a pagar	14	5.970	4.694	12.211	8.491	7.360	14.576
Total do Passivo Circulante		304.396	284.605	249.877	403.729	376.956	317.292
Não circulante							
Tributos diferidos	10				37.438	39.170	41.992
Debêntures	19	448.753	298.833	448.216	448.753	298.833	448.216
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	20				78.343	76.219	74.265
Benefícios pós-emprego	21				711	643	505
Uso do bem público	22				43.023	45.175	43.845
Provisões	23				16.972	15.678	12.239
Outras contas a pagar	14	1.270	1.106	2.616	2.133	1.154	2.967
Total do Passivo Não circulante		450.023	299.939	450.832	627.373	476.871	624.029
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social	24.1	6.868	306.868	306.868	6.868	306.868	306.868
Reservas de capital	24.3	579.203	579.203	579.203	579.203	579.203	579.203
Reservas de lucros	24.3	25.011	109.764	112.017	25.011	109.764	112.017
Outros resultados abrangentes	24.4	272	242	260	272	242	260
Prejuízos acumulados			(60.972)	(45.242)		(60.972)	(45.242)
Total do Patrimônio líquido		611.354	935.105	953.106	611.354	935.105	953.1

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e da controlada em continuar operando normalmente e está convencida de que ambas possuem recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia e de sua controlada não têm conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre suas capacidades de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 22 de fevereiro de 2018.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia e sua controlada estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia e de sua controlada se baseiem em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e sua controlada revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego que é revisado semestralmente e a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.8.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes às demonstrações financeiras nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da CCEE (Nota 6); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias (Nota 10); Recuperação dos ativos - *impairment* (Nota 2.8); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 16 e 17); Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 30.1.2.1); Provisões fiscais, civis e trabalhistas (Nota 23.1); e Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais (Nota 23.2).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e de sua controlada, que operam no Brasil, é o Real e as demonstrações individuais e consolidadas são apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas, abrangendo a Companhia e sua controlada (Nota 15).

A Companhia controla a Investco e efetua a consolidação integral de suas demonstrações financeiras.

Os critérios contábeis adotados na sua apuração foram aplicados uniformemente entre a Companhia e sua controlada.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação do investimento da Controladora na sua controlada direta;
- Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e a sua controlada;
- As datas das demonstrações financeiras da controlada utilizadas para o cálculo da equivalência patrimonial e para a consolidação coincidem com as da Companhia; e
- Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações de resultados.

2.7 Informações por segmento

A Companhia administra os seus negócios como um único segmento operacional, composto pela atividade de geração e comercialização da energia elétrica gerada pela UHE Lajeado por meio de contratos de médio e longo prazo e também junto à CCEE. Tal segmento concentrou em 2017 86% (82% em 2016) da receita operacional bruta consolidada.

2.8 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia e de sua controlada revisam o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados quando há evidências de perdas não recuperáveis e ao final de cada exercício, exceto para Concessionárias (Nota 6) que são avaliados mensalmente. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

O teste de recuperabilidade dos ativos é efetuado pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia e da controlada identificarem que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, após proceder ao teste de recuperabilidade dos ativos não financeiros, a Administração concluiu que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável na Companhia e na controlada.

2.9 Adoção às normas de contabilidade novas e revisadas

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, consequentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes.

2.9.1 Normas e interpretações novas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia e sua controlada

IFRIC 23 - Imposto De Renda - Contabilização de Incertezas sobre tratamentos fiscais (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2019)

O IFRS emitiu em junho de 2017 a IFRIC 23, que procura esclarecer a contabilização de posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades fiscais. Muitas vezes não é claro como uma legislação tributária aplica-se a uma transação ou a uma circunstância específica. Neste contexto surge a questão de como os impactos fiscais deveriam ser reconhecidos nas demonstrações financeiras se existirem incertezas em relação a opção do tratamento fiscal feito na declaração de imposto de renda. Para essa análise é necessário avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela entidade: (i) se sim, a mesma deverá reconhecer o valor nas demonstrações financeiras conforme a declaração de imposto de renda e considerar a divulgação de informações adicionais sobre a incerteza do tratamento fiscal escolhido; (ii) se não, a entidade deverá reconhecer um valor diferente em suas demonstrações financeiras em relação à declaração de imposto de renda de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido. A Administração da Companhia e da controlada estão avaliando os possíveis impactos quando da adoção da referida norma.

2.9.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC e ainda não adotadas pela Companhia e sua controlada

CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)

Em dezembro de 2016 foi emitido o CPC 47 em correlação à norma IFRS 15. Esta norma introduziu um novo modelo para o reconhecimento de receitas provenientes dos contratos com clientes. A mesma enfatiza o reconhecimento da receita como a transferência do controle de bens ou serviços aos clientes, em lugar do princípio da transferência de riscos e benefícios, considerando qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços e quando a receita deve ser reconhecida. O CPC 47, em geral, deverá ser aplicado retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2018 e substituirá o CPC 30 (R1) - Receitas (IAS 18), o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (IAS 11) e as interpretações relacionadas.

A Administração da Companhia e da controlada acreditam que esta revisão não gerará efeitos relevantes nos montantes reportados nas demonstrações financeiras.

CPC 48 - Instrumentos Financeiros (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)

Em dezembro de 2016 foi emitido o CPC 48 em correlação à norma IFRS 9. Esta norma substituirá o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39) e traz como principais modificações: (i) requerimentos de *impairment* para ativos financeiros passando para o modelo híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; (ii) novos critérios de classificação e mensuração de ativos financeiros; e (iii) torna os requisitos para contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) menos rigorosos. O CPC 48, em geral, deverá ser aplicado retrospectivamente, a partir de 1º de janeiro de 2018.

A administração revisou seus ativos e passivos financeiros e espera o seguinte impacto da adoção da nova norma a partir de 1º de janeiro de 2018:

(i) No que se refere ao novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, a Administração não espera impacto na adoção desta norma em Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD na rubrica de Concessionárias.

(ii) Em relação à classificação e mensuração dos ativos financeiros, a Companhia e sua controlada identificarão a alteração de classificação nas rubricas relacionadas abaixo. A Administração acredita que a alteração na classificação não impactará a mensuração dos itens não havendo, assim, impacto nos lucros acumulados.

	Classificação CPC 38	Classificação CPC 48
Bancos conta movimento (Caixa e Equivalentes de Caixa)	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Concessionárias	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Títulos a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Rendas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Partes relacionadas (Outros créditos)	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado

(iii) Em relação à contabilidade de *hedge*, as novas regras não impactarão a Companhia devido a ausência desta modalidade de instrumento financeiro.

CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2019)

Em dezembro de 2017 foi emitido o CPC 06 (R2), em correlação à norma IFRS 16, que introduziu novas regras para as operações de arrendamento mercantil. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. O CPC 06 (R2) requer que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, porém foram criadas isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06 (R2), em geral, deverá ser aplicado retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2019 e substituirá o CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil (IAS 17) e correspondentes interpretações.

Nas demonstrações financeiras individuais a norma irá impactar o registro das operações de arrendamento mercantil operacional que a Companhia possui em aberto. Conforme descrito na Nota 32.1, a Companhia possui R\$1.214.042, ajustados a valor presente, em compromissos com arrendamento mercantil operacional, principalmente relativo ao arrendamento da UHE Lajeado mencionado nas notas 1.1 e 8, que estão contemplados no escopo da referida norma. No entanto, a Administração ainda não avaliou quais outros ajustes, se houver, são necessários, por exemplo, com o tratamento diferente de pagamentos de arrendamento variável e de opções de extensão e rescisão. Por conseguinte, ainda não é possível estimar o montante dos ativos de direito de utilização e os passivos de locação que terão de ser reconhecidos na adoção da nova norma e como isso pode afetar o resultado das demonstrações financeiras individuais e a classificação dos fluxos de caixa futuros.

A Administração da Companhia acredita que não haverá impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas uma vez que, o principal contrato de arrendamento operacional, tem como arrendador a controlada Investco.

Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 12/17 (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)

O documento estabelece alterações a Interpretações e Pronunciamentos Técnicos, principalmente, em relação a: (i) Edição do CPC 47; (ii) Edição do CPC 48; (iii) Alteração na classificação e mensuração de transações de pagamento baseado em ações do CPC 10; (iv) Alteração na transferência da propriedade para investimento do CPC 28; e (v) Alterações anuais procedidas pelo IASB do Ciclo 2014 - 2016. A Administração acredita que esta revisão não gerará efeitos relevantes nos montantes reportados nas demonstrações financeiras.

ICPC 21 - Transação em Moeda Estrangeira e Adiantamento (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)

Esta interpretação esclarece que a data da transação, para determinar a taxa de câmbio a utilizar no reconhecimento inicial do item relacionado ao pagamento ou adiantamento, deve ser a data em que a entidade reconhece inicialmente o ativo ou passivo não monetário decorrente da contraprestação antecipada. Caso haja múltiplos pagamentos ou adiantamentos, a entidade deve determinar a data da transação para cada pagamento ou recebimento. A Administração acredita que esta interpretação não gerará efeitos relevantes nos montantes reportados nas demonstrações financeiras.

2.9.3 Normas e interpretações revisadas, já emitidas pelo CPC, adotadas pela Companhia e sua controlada a partir de 1º de janeiro de 2017

Revisão de Pronunciamento Técnico do CPC nº 10/16

A revisão estabeleceu alterações ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 32 Tributos sobre o Lucro, em decorrência de esclarecimentos feitos pelo IASB sobre passivos decorrentes de atividade de financiamento e o reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre perdas não realizadas, respectivamente. Em relação ao CPC 03 (R2), a Companhia introduziu uma divulgação adicional que permite uma avaliação sobre as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento (Nota 31.1). Em relação ao CPC 32, a revisão não refletiu impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

3. Apresentação dos exercícios anteriores

De acordo com o CPC 39, as Ações Preferenciais de classes "A", "B", e "C" da controlada Investco são registradas como Empréstimos e financiamentos (Nota 20) e os juros e dividendos dessas respectivas ações devem ser reconhecidos como despesa financeira na Demonstração do Resultado.

A Lei nº 12.973/14, em seu artigo 9º, modificou o §3º do artigo 10º da Lei nº 9.249/95, estabelecendo que não são dedutíveis na apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social, os lucros e dividendos pagos ou creditados a beneficiários de qualquer espécie de ação prevista no artigo 15º da Lei nº 6.404/76, ainda que classificados como despesa financeira na escrituração comercial.

No exercício de 2017, a controlada Investco ajustou os impactos fiscais decorrentes da dedução indevida dos juros sobre as Ações Preferenciais nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL.

Conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a retificação de erros requerem a aplicação retrospectiva, de forma a ajustar os períodos anteriores, apresentados para fins de comparação com o período atual, como se estivessem corretos a partir do início do período mais antigo apresentado, sendo o ajuste registrado em Lucros ou Prejuízos acumulados. Os impactos na Companhia e no Consolidado estão demonstrados nos quadros abaixo:

3.1 Balanço Patrimonial

	31/12/2016							
	Controladora		Consolidado					
	Efeito da tributação sobre ações	Reclassificação para melhor apresentação	Efeito da tributação sobre ações	Reclassificação para melhor apresentação				
	Publicado	preferenciais	Reapresentado	Publicado	preferenciais	apresentação	Reapresentado	
ATIVO								
Circulante								
Concessionárias	55.464	-	55.464	56.388	8	-	56.396	
Outros créditos	436	(428)	8	5.849	(436)	-	5.413	
Total do Ativo Circulante	271.224	-	270.796	286.995	-	(428)	286.567	
Não circulante								
Investimentos	1.195.625	(60.972)	1.134.653	-	-	-	1.134.653	
Total do Ativo Não circulante	1.309.825	(60.972)	1.248.853	1.643.236	-	-	1.643.236	
TOTAL DO ATIVO	1.581.049	(60.972)	(428)	1.519.649	2.039.047	-	(428)	2.038.619
PASSIVO								
Circulante								
Fornecedores	31.511	(428)	31.083	15.431	(428)	-	15.003	
Impostos e contribuições sociais	20.059	-	20.059	32.320	53.504	-	85.734	
Total do Passivo Circulante	285.033	-	(428)	284.605	323.880	(428)	376.956	
Não circulante								
Tributos diferidos	-	-	-	9.151	30.019	-	39.170	
Total do Passivo Não circulante	299.939	-	-	299.939	446.852	-	476.871	
Patrimônio líquido								
Prejuízos acumulados	-	(60.972)	-	(60.972)	(60.972)	-	(60.972)	
Total do patrimônio líquido	996.077	(60.972)	-	935.105	996.077	-	935.105	
Participações não controladores	-	-	-	272.238	(22.551)	-	249.687	
Total do Patrimônio líquido e Participações dos acionistas não controladores	996.077	(60.972)	-	935.105	1.268.315	(83.523)	1.184.792	
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.581.049	(60.972)	(428)	1.519.649	2.039.047	-	(428)	2.038.619

	01/01/2016					
	Controladora			Consolidado		
	Efeito da tributação sobre ações	Reapresentado	Efeito da tributação sobre ações	Reapresentado	Efeito da tributação sobre ações	Reapresentado
	Publicado	preferenciais	Reapresentado	Publicado	preferenciais	Reapresentado
ATIVO						
Não circulante						
Investimentos	1.276.027	(45.242)	1.230.785	-	-	-
Total do Ativo Não circulante	1.445.842	(45.242)	1.400.600	1.868.923	-	1.868.923
TOTAL DO ATIVO	1.699.057	(45.242)	1.653.815	2.169.046	-	2.169.046
PASSIVO						
Circulante						
Impostos e contribuições sociais	25.525	-	25.525	34.514	31.540	66.054
Total do Passivo Circulante	249.877	-	249.877	285.752	31.540	317.292
Não circulante						
Tributos diferidos	-	-	11.557	30.435	30.435	41.992
Total do Passivo Não circulante	450.832	-	450.832	593.594	30.435	624.029
Patrimônio líquido						
Prejuízos acumulados	-	(45.242)	-	(45.242)	(45.242)	(45.242)
Total do patrimônio líquido	998.348	(45.242)	953.106	998.348	(45.242)	953.106
Participações não controladores	-	-	291.352	(16.733)	-	274.619
Total do Patrimônio líquido e Participações dos acionistas não controladores	998.348	(45.242)	953.106	1.289.700	(61.975)	1.227.725
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.699.057	(45.242)	1.653.815	2.169.046	-	2.169.046

3.2 Demonstração do Resultado

	2016					
	Controladora			Consolidado		
	Efeito da tributação sobre ações	Reapresentado	Efeito da tributação sobre ações	Reapresentado	Efeito da tributação sobre ações	Reapresentado
	Publicado	preferenciais	Reapresentado	Publicado	preferenciais	Reapresentado
Resultado das participações societárias	85.371	(15.730)	69.641	-	-	-
Resultado antes do resultado financeiro e tributos	255.661	(15.730)	239.931	373.772	-	373.772
Resultado financeiro						
Despesas financeiras	(75.445)	-	(75.445)	(140.539)	(3.819)	(144.358)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	198.930	(15.730)	183.200	257.173	(3.819)	253.354
Tributos sobre o lucro						
Imposto de renda e contribuição social correntes	(24.800)	-	(24.800)	(53.860)	(18.144)	(72.004)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(12.223)	-	(12.223)	(9.830)	415	(9.415)
Total	(37.023)	-	(37.023)	(63.690)	(17.729)	(81.419)
Resultado líquido do exercício	161.907	(15.730)	146.177	193.483	(21.548)	171.935

3.3 Demonstração do Fluxo de Caixa

	2016					
	Controladora		Consolidado			
	Efeito da tributação sobre ações	Reclassificação para melhor apresentação	Efeito da tributação sobre ações	Reclassificação para melhor apresentação		
	Publicado	preferenciais	Reapresentado	Publicado	preferenciais	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	198.930	(15.730)	183.200	257.173	(3.819)	2

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

6 Concessionárias	Controladora		Consolidado	
	Corrente a Vencer		Corrente a Vencer	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Circulante				
Concessionárias				
Suprimento de energia elétrica	53.366	51.385	53.867	51.914
Energia de curto prazo	3.345		4.092	350
Encargos de uso da rede elétrica	4.192	4.079	4.247	4.132
Total	60.903	55.464	62.206	56.396

Os saldos de Concessionárias são reconhecidos ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia e de sua controlada.

Conforme requerido pelo CPC 38, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de concessionárias e, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Não foi constituída PECLD uma vez que a Companhia e sua controlada não possuem saldos vencidos a receber em 31 de dezembro de 2017 e 2016. A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de crédito está divulgada na nota 30.2.4.

7 Títulos a receber

	Nota	Controladora			
		Circulante		Não circulante	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ações preferenciais das classes "A", "B" e "C"	7.1	568	757	18.594	18.977
(-) AVP - Ações preferenciais das classes "A", "B" e "C"				(11.668)	(12.239)
Total		568	757	6.926	6.738

7.1 Ações preferenciais das classes resgatáveis "A", "B" e "C"

Referem-se às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela Investco no montante original de R\$12.779, onde, de acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da Investco, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social (Nota 20.1).

Adicionalmente, de acordo com o artigo 9º, as ações preferenciais resgatáveis das classes "A" e "C", terão direito a equiparação na distribuição de dividendos caso sejam pagos dividendos a outras classes de ações superiores ao valor unitário dos dividendos anuais fixos.

O saldo em 31 de dezembro de 2017 de R\$7.494 (R\$7.495 em 31 de dezembro de 2016) contempla o montante original e os juros até 2033 (término da concessão), ambos descontados a valor presente pela taxa de 8,70% a.a., que equivale ao custo médio de captação da Investco na data de avaliação das ações.

Devido à suas características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro recebível por satisfazerem a definição de ativo financeiro, pelo fato da Investco não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para a Companhia, conforme determina o item 19 do CPC 39.

8 Rendas a receber

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Paulista Lajeado	1.094	1.755
CEB Lajeado	3.124	5.012
Total	4.218	6.767

O saldo refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, e aditado em 23 de junho de 2009, no qual a Investco arrendou às demais concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Companhia, Paulista Lajeado e CEB Lajeado), frações ideais dos ativos existentes ou a serem adquiridos pela Investco, no mesmo percentual de suas participações no Contrato de Concessão (Nota 1.1). Este arrendamento é contabilizado mensalmente como arrendamento operacional, de acordo com o CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, pois a operação da usina é de responsabilidade da Investco, não havendo transferência de propriedade ou controle do ativo aos arrendatários. Os saldos são todos vincendos e estão apresentados ao custo amortizado.

O contrato de arrendamento objetiva assegurar à Investco receita suficiente para garantir o seu funcionamento nas melhores condições até o final da concessão. O cálculo do contrato de arrendamento é baseado na remuneração de 8,83% ao ano corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA sobre 99% do valor do ativo imobilizado líquido, acrescido da depreciação acumulada, sendo que, todos os valores utilizados no cálculo, são valores projetados. Decorrido o período, anualmente, aplica-se o Coeficiente de Ajuste - CA, cujo o objetivo é calcular os valores reais, identificando a diferença entre os valores cobrados anteriormente, e ajustar a diferença a maior ou a menor na projeção do ano seguinte.

A variação no exercício da rubrica Rendas a receber, em contrapartida da receita de Arrendamentos e alugueis (Nota 25) no consolidado, é decorrente, substancialmente, de dois aspectos: (i) devido o IPCA realizado em 2016 ser menor que o IPCA projetado para o exercício, houve um decréscimo no IPCA para o exercício de 2016 refletido no CA; e (ii) redução do IPCA projetado para o exercício de 2017 em relação ao exercício anterior de 4,92 p.p..

9 Impostos e contribuições sociais

	Nota	Controladora					Saldo em 31/12/2017	
		Saldo em 31/12/2016	Atualização monetária	Adiantamentos/ Pagamentos	Compensação de tributos	Transferência		
		Adição						
Ativo - compensáveis								
Imposto de renda e contribuição social		9.629		718	23.789	(10.749)	(14.408)	8.979
PIS e COFINS		708	34.399				(34.400)	707
IRRF sobre aplicações financeiras		6.943	3.828				(9.695)	1.076
IRRF sobre juros s/capital próprio		5.437	3.935				(9.254)	118
Outros		149	32	8			(21)	168
Total		22.866	42.194	726	23.789	(10.749)	(67.778)	11.048
Circulante		22.866						11.048
Total		22.866						11.048
Passivo - a recolher								
Imposto de renda e contribuição social		4.401	43.830		(2.698)		(33.378)	12.155
PIS e COFINS		5.694	61.617		(22.904)		(4.838)	5.169
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		22	19		(31)			10
IRRF sobre juros s/capital próprio	9.1	9.932	8.985		(4.021)		(5.911)	8.985
Outros		10	10		(5)			15
Total		20.059	114.461	-	(29.659)	(10.749)	(67.778)	26.334
Circulante		20.059						26.334
Total		20.059						26.334

	Nota	Consolidado					Saldo em 31/12/2017	
		Saldo em 31/12/2016	Atualização monetária	Adiantamentos/ Pagamentos	Compensação de tributos	Transferência		
		Adição						
Ativo - compensáveis								
Imposto de renda e contribuição social		15.331		1.072	41.906	(14.191)	(18.200)	25.918
ICMS		11	4					15
PIS e COFINS		708	35.113				(35.114)	707
IRRF sobre aplicações financeiras		8.915	4.641				(11.662)	1.894
IRRF sobre juros s/capital próprio		5.437	3.935				(9.254)	118
Outros		181	33	8			(21)	201
Total		30.583	43.726	1.080	41.906	(14.191)	(74.251)	28.853
Circulante		30.583						28.853
Total		30.583						28.853

	Nota	Consolidado					Saldo em 31/12/2017	
		Saldo em 31/12/2016	Atualização monetária	Adiantamentos/ Pagamentos	Compensação de tributos	Transferência		
		Adição						
Ativo - compensáveis								
Imposto de renda e contribuição social		15.331		1.072	41.906	(14.191)	(18.200)	25.918
ICMS		11	4					15
PIS e COFINS		708	35.113				(35.114)	707
IRRF sobre aplicações financeiras		8.915	4.641				(11.662)	1.894
IRRF sobre juros s/capital próprio		5.437	3.935				(9.254)	118
Outros		181	33	8			(21)	201
Total		30.583	43.726	1.080	41.906	(14.191)	(74.251)	28.853
Circulante		30.583						28.853
Total		30.583						28.853

	Nota	Consolidado					Saldo em 31/12/2017	
		Saldo em 31/12/2016	Atualização monetária	Adiantamentos/ Pagamentos	Compensação de tributos	Transferência		
		Adição						
Ativo - compensáveis								
Imposto de renda e contribuição social		15.331		1.072	41.906	(14.191)	(18.200)	25.918
ICMS		11	4					15
PIS e COFINS		708	35.113				(35.114)	707
IRRF sobre aplicações financeiras		8.915	4.641				(11.662)	1.894
IRRF sobre juros s/capital próprio		5.437	3.935				(9.254)	118
Outros		181	33	8			(21)	201
Total		30.583	43.726	1.080	41.906	(14.191)	(74.251)	28.853
Circulante		30.583						28.853
Total		30.583						28.853

Concessionárias (Nota 6)	Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Controladora					Total Não Circulante			
				Ativo		Passivo		Receitas (Despesas)		2017	2016	2016
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Operacionais	Financeiras			

Suprimento de energia elétrica													
EDP São Paulo	Controlre Comum	220,44	01/01/2008 a 31/12/2037	2	2							23	21
EDP São Paulo	Controlre Comum	222,36	01/01/2009 a 31/12/2038	8	8							106	99
EDP São Paulo	Controlre Comum	207,06	01/01/2009 a 31/12/2038	34	37							346	323
EDP Comercializadora	Controlre Comum		12/12/2001 a 31/12/2022	18.847	16.231							177.435	164.884
EDP Comercializadora	Controlre Comum		01/01/2016 a 31/05/2016										561
EDP Espírito Santo	Controlre Comum	219,67	01/01/2008 a 31/12/2037	4	5							49	46
EDP Espírito Santo	Controlre Comum	221,58	01/01/2009 a 31/12/2038	6	8							88	83
EDP Espírito Santo	Controlre Comum	206,33	01/01/2009 a 31/12/2038	29	33							289	272
Porto do Pecém	Controlre Comum	40,66	01/01/2016 a 31/01/2016										121
Cachoeira Caldeirão	Controlre Comum	80,43	01/05/2016 a 31/05/2016										479
Uso do sistema de transmissão													
EDP Comercializadora	Controlre Comum		01/01/2003 a 16/12/2032	1.750	1.702							15.581	14.476
Total		20.680	18.026	-	-	-	-	-	-	-	-	193.917	181.365

Empréstimos a receber													
Contratos de mútuo - 100% do CDI													
EDP Comercializadora	Controlre Comum		08/04/2013 a 07/01/2017										8.828
Total		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.828

Fornecedores (Nota 18)													
Uso do sistema de transmissão													
EDP Comercializadora	Controlre Comum		01/01/2015 a 31/12/2015										
EDP Comercializadora	Controlre Comum		01/01/2017 a 31/12/2017									(147.927)	
EDP Comercializadora	Controlre Comum		01/09/2016 a 30/11/2016										(18.744)
Energest	Controlre Comum	156,45	01/01/2015 a 31/12/2015										
Energest	Controlre Comum	243,64	01/05/2015 a 31/12/2019				1.631					(19.209)	(19.261)
Enerpeixe	Controlre Comum	108,68	01/07/2016 a 31/07/2016										(933)
Cachoeira Caldeirão	Controlre Comum	118,60	01/06/2016 a 30/06/2016										(445)
Total		-	-	-	-	-	1.631	-	-	-	-	(167.136)	(39.383)

Outras contas a pagar (Nota 14)													
Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos (a)													
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/07/2012 a 31/12/2017									23	(333)
Total		-	-	-	-	-	-	4	5	(53)	(56)		
Total		20.680	18.026	-	-	-	1.631	4	28	(53)	(389)	-	-

	Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Consolidado					Receitas (Despesas)		
				Ativo		Passivo		Operacionais		Financeiras	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Operacionais	Financeiras		

Concessionárias (Nota 6)													
Venda de energia elétrica													
Suprimento de energia elétrica													
EDP São Paulo	Controlre Comum	214,98	01/01/2008 a 31/12/2037	2	2							23	21
EDP São Paulo	Controlre Comum	216,85	01/01/2009 a 31/12/2038	8</									

**NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Consolidado								
	31/12/2017			31/12/2016					
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	
Intangível em serviço									
Geração									
Software	20,00	78	(52)	26	20,00	76	(37)	39	
Direito de concessão - Licenças ambientais	25,42	8.100	(3.982)	4.118	20,00	8.100	(1.922)	6.178	
Direito de concessão - Outros	15.1.1	3,88	739.378	(308.527)	430.851	3,88	739.378	(279.803)	459.575
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	17.1.1	3,22	20.137	(10.420)	9.717	3,22	20.137	(9.772)	10.365
			767.693	(322.981)	444.712		767.691	(291.534)	476.157
Sistema de transmissão de conexão									
Servidão permanente (Nota 16.1.1)	27,91	111	(49)	62	13,21	111	(18)	93	
			111	(49)	62		111	(18)	93
Administração									
Software	20,00	2.222	(1.897)	325	20,00	1.920	(1.763)	157	
			2.222	(1.897)	325		1.920	(1.763)	157
Total do Intangível em serviço		770.026	(324.927)	445.099		769.722	(293.315)	476.407	
Intangível em curso									
Geração									
Administração									
			19	19			28	28	
			352	352			405	405	
Total do Intangível em Curso			371	-	371		433	-	433
Atividades não vinculadas à concessão									
Ágio na incorporação de sociedade controladora	17.1.2	5,80	375.963	(182.718)	193.245	5,80	375.963	(164.295)	211.668
(-) Provisão para manutenção de dividendos	17.1.2.1	5,80	(375.963)	182.718	(193.245)	5,80	(375.963)	164.295	(211.668)
			-	-	-		-	-	-
Total do Intangível		770.397	(324.927)	445.470		770.155	(293.315)	476.840	

17.1.1 Direito de concessão - Uso do bem público - UBP

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE Lajeado. Foi constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o uso do bem público até o final do contrato de concessão, registrados em contrapartida do passivo (Nota 22). A amortização ocorrerá pelo prazo do contrato de concessão (Nota 1.1.1).

17.1.2 Ágio na incorporação de sociedade controladora

Como resultado da reorganização societária da incorporação da Tocantins Energia S.A. e da EDP Lajeado Energia S.A. pela Companhia, ocorrida em 30 de novembro de 2009, foi registrado ágio no valor de R\$375.963 suportado por laudo de avaliação econômico-financeiro emitido por avaliadores independentes, que será amortizado pelo prazo remanescente da concessão até dezembro de 2032, conforme Resolução Autorizativa da ANEEL nº 2.218/09.

Em 31 de dezembro de 2017 o teste de recuperação do ágio da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas nos ativos intangíveis. No exercício não foram constatadas evidências de perdas não recuperáveis, eventos ou alterações nas premissas e circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

19 Debêntures

19.1 Composição do saldo de Debêntures

Agente fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Controladora e Consolidado							
											31/12/2017		31/12/2016		31/12/2017		31/12/2016	
		Encargos	Principal	Encargos	Principal	Circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Circulante	Não circulante	Total					
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 476/09	45.000	10	450.000	25/11/2013	25/11/2019	1ª emissão em 03/05/2013	CDI + 1,20% a.a.	Principal anual a partir de outubro/2017 e juros semestral	Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil	2.203	149.985	150.030	302.218	6.296	150.000	300.000	456.296
(-) Custos de emissão					(3.118)	-	25/11/2013 a 25/11/2019			Amortização mensal		(393)	(188)	(581)			(1.167)	(1.167)
Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 476/09	100.000	1	100.000	08/12/2017	08/12/2020	2ª emissão em 08/12/2017	109% do CDI a.a.	Principal em parcela única em dezembro/2020 e juros semestral	Principal anual a partir de dezembro/2021 e juros semestral	260		100.000	100.260				
Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 476/09	200.000	1	200.000	08/12/2017	08/12/2022	2ª emissão em 08/12/2017	113,70% do CDI a.a.	Principal em parcela única em dezembro/2021 e juros semestral	Amortização mensal	542		200.000	200.542				
(-) Custos de emissão														(1.089)				(1.089)
Total											3.005	149.592	448.753	601.350	6.296	150.000	298.833	455.129

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

19.2 Movimentação das debêntures no exercício

	Controladora e Consolidado						
	Valor líquido em 31/12/2016	Ingressos	Pagamentos	Juros provisionados	Transferências	Amortização do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2017
Circulante							
Debêntures							
Principal	150.000		(149.985)		149.970		149.985
Juros	6.296		(52.452)	49.161		608	3.005
Custo de transação	-				(1.001)	608	(393)
	156.296	-	(202.437)	49.161	148.969	608	152.597
Não circulante							
Debêntures							
Principal	300.000	300.000			(149.970)		450.030
Custo de transação	(1.167)	(1.111)			1.001		(1.277)
	298.833	298.889	-	-	(148.969)	-	448.753

19.3 Vencimento das parcelas

	Controladora e Consolidado	
	Vencimento	
Circulante		
2018		152.597
		152.597
Não circulante		
2019		149.310
2020		99.734
2021		99.854
2022		99.855
		448.753
Total		601.350

20 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

20.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Moeda nacional	Utilização	Forma de pagamento	Consolidado			
			Encargos	Principal	Encargos	Principal
Ações preferenciais resgatáveis "A", "B" e "C"		Dividendos anuais e pagamento do principal ao término da concessão				
Total			7.920	36.981	41.362	86.263

Os empréstimos e financiamentos são mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. Referem-se às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela Investco no montante original de R\$157.335, onde, de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social.

Adicionalmente, de acordo com o artigo 9º, as ações preferenciais resgatáveis das classes "A" e "C", terão direito a equiparação na distribuição de dividendos caso sejam pagos dividendos a outras classes de ações superiores ao valor unitário dos dividendos anuais fixos.

O saldo em 31 de dezembro de 2017 de R\$86.263 (R\$87.447 em 31 de dezembro de 2016) contempla o montante original e os juros até 2033 (término da concessão), ambos descontados a valor presente pela taxa de 8,70% a.a., que equivale ao custo médio de captação da Investco na data de avaliação das ações.

Devido à suas características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato da Investco não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o item 19 do CPC 39.

20.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício

	Consolidado					
	Valor líquido em 31/12/2016	Pagamentos	Juros provisionados	Transferências	Ajuste a valor presente	Valor líquido em 31/12/2017
Circulante						
Juros	11.228	(26.545)	18.900	4.337	-	7.920
	11.228	(26.545)	18.900	4.337	-	7.920
Não circulante						
Principal	38.051				3.311	41.362
Juros	38.168			(4.337)	3.150	36.981
	76.219	-	-	(4.337)	6.461	78.343

Os juros provisionados de R\$18.900 está composto por: (i) R\$13.924 referem-se aos dividendos suplementares destinados aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A" e "C", conforme descrito nos artigos 8º e 9º do Estatuto Social da Investco e deliberados pela AGO de 19 de abril de 2017; e (ii) R\$4.976 referem-se ao JSCP deliberados em RCA de 21 de dezembro de 2017. Todos os montantes foram registrados em contrapartida a débito no Resultado Financeiro.

20.3 Vencimento das parcelas

	Consolidado	
	Vencimento	
Circulante		
2018		7.920
		7.920
Não circulante		
2019		3.351
2020		3.083
2021		2.835
2022		2.608
2023 até 2027		10.227
2028 até 2032		56.239
		78.343
Total		86.263

21 Benefícios pós-emprego

A Companhia e a controlada mantêm atualmente plano de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores na modalidade de Contribuição definida e a controlada Investco mantêm plano de Assistência médica decorrente da Lei nº 9.656/98 na modalidade de benefício definido.

A contabilização dos passivos oriundos de Benefícios pós-emprego é realizada com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados. Para atendimento a essa exigência a Companhia contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial para o plano de Assistência médica, segundo o Método do Crédito Unitário Projetado.

A Investco reconhece as obrigações dos planos de benefício definido se o valor presente da obrigação na data do balanço é maior que o valor justo dos ativos do plano. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes. Os custos com serviços passados são reconhecidos no exercício em que ocorrem, integralmente no resultado na rubrica de Pessoal, e o resultado financeiro do benefício é calculado sobre o déficit/superávit atuarial utilizando a taxa de desconto do laudo vigente.

17.1.2.1 Provisão para manutenção de dividendos - Efeitos CVM nºs 319/99 e 349/99

Saldo do ágio não amortizado da EDP Lajeado Energia	193.245
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	34%
Benefício fiscal de amortização do ágio (Nota 10.2.1)	65.703
Provisão para manutenção dos dividendos	127.542

A constituição da provisão para manutenção dos dividendos visa ajustar o valor do ágio pago ao valor do benefício fiscal esperado por sua amortização e, consequentemente, ajustar o fluxo de dividendos futuros da Companhia, para que este não seja afetado negativamente pela despesa incorrida na amortização contábil do ágio.

A provisão tem o objetivo de reduzir o valor do ágio, após a incorporação da EDP Lajeado, ao seu montante líquido (representativo do efetivo benefício fiscal), parcela que possui substância econômica que lhe permite ser considerada um ativo da Companhia em contrapartida da Reserva Especial de Ágio, no montante original de R\$127.827, no Patrimônio líquido (Nota 24.3.2).

17.2 Movimentação do Intangível

	Controladora				Consolidado				
	Valor líquido em 31/12/2016		Amortizações		Valor líquido em 31/12/2017		Amortizações		
Intangível em serviço									
Software	6		(6)		6		(6)		-
Total Intangível	6		(6)		6		(6)		-
Intangível em curso									
Software		196		304		(150)			350
Servidão permanente		93		(31)					62
Direito de concessão - Licenças ambientais		6.178		(2.060)					4.118
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP		10.365		(648)					9.717
Direito de concessão - Outros		459.575		(28.723)					430.852
Total do Intangível em serviço		476.407		304		(31.612)			445.099
Intangível em curso									
Outros Intangíveis em curso	23.2	433	409	(304)			(167)		371
Total do Intangível em curso		433	409	(304)			(167)		371
Total Intangível		476.840	409	-		(31.612)	(167)		445.470

18 Fornecedores

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Investco - Arrendamento	18.1	11.402	18.297		
Suprimento de energia elétrica		14.319	1.631	14.319	1.631
Encargos de uso da rede elétrica		4.962	4.981	5.142	5.151
Operações CCEE		6.469	6.101	6.469	6.101
Materiais e serviços		1.402	73	4.068	2.120
Total		38.554	31.083	29.998	15.003

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

18.1 Investco - Arrendamento

Refere-se ao Instrumento Particular de Contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	Consolidado			
		Circulante		Não circulante	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	23.1			14.230	10.931
Licenças ambientais	23.2	6.063	10.354	2.742	4.747
Total		6.063	10.354	16.972	15.678

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

23.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia e sua controlada são partes em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia e da controlada.

23.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Consolidado						
	Passivo			Ativo			
	Saldo em 31/12/2016	Baixas		Atualização monetária	Saldo em 31/12/2017	Depósito Judicial (Nota 14)	
Adições		Pagamentos	Reversões			31/12/2017	31/12/2016
Trabalhistas	110	252	(226)	(122)	111	125	573
Cíveis	9.321	-	(260)	(231)	1.001	9.831	573
Fiscais	-	1.805	-	-	969	2.774	-
Outros	1.500	-	-	-	-	1.500	-
Total	10.931	2.057	(486)	(353)	2.081	573	573
Não circulante	10.931	-	-	-	14.230	573	573
Total	10.931	-	-	-	14.230	573	573

23.1.1.1 Cíveis

Indenizações

Indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório UHE Lajeado ou que pretendem majorar indenizações recebidas da Investco por conta do citado enchimento, cujo montante provisionado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$3.455 (R\$3.613 em 31 de dezembro de 2016).

Desapropriações

Referem-se à indenizações a título de desapropriações propostas pela Investco para enchimento do reservatório UHE Lajeado, em que se discute a diferença entre o valor depositado pela Investco e o valor pretendido pelo expropriado, cujo montante provisionado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$6.376 (R\$5.708 em 31 de dezembro de 2016). O saldo dos Depósitos judiciais, relacionados a estes processos, em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é de R\$16.387 e estão registrados no Imobilizado em curso - Depósitos judiciais (Nota 16.2).

23.1.1.2 Fiscais

Referem-se a discussões na esfera administrativa acerca da cobrança de multas por suposta ausência de escrituração de notas fiscais relativo ao período de janeiro de 2012 a dezembro de 2016, no montante em 31 de dezembro de 2017 de R\$2.774. Atualmente a controlada Investco apresentou defesas e aguarda os julgamentos.

23.1.1.3 Outros

Referem-se a honorários de êxito junto a assessores jurídicos pelas ações judiciais que encontram-se em andamento.

23.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado					
	31/12/2017	31/12/2016	Ativo		Ativo		Ativo	
			Depósito Judicial (Nota 14)	Depósito Judicial (Nota 14)	Depósito Judicial (Nota 14)	Depósito Judicial (Nota 14)	Depósito Judicial (Nota 14)	Depósito Judicial (Nota 14)
Trabalhistas								
Cíveis	42.098	24.865			140.987	116.312		
Fiscais	103.370	96.123	1.256	1.212	110.876	99.118	1.256	1.212
Total	145.468	120.988	1.256	1.212	251.863	215.752	1.282	1.285

23.1.2.1 Cíveis

Indenizações

Referem-se, em sua grande maioria, às ações descritas na nota 23.1.1.1 Cíveis - Indenizações, no montante em 31 de dezembro de 2017 de R\$98.241 (R\$91.032 em 31 de dezembro de 2016).

Desapropriações

Referem-se a ações descritas na nota 23.1.1.1 Cíveis - Desapropriações, no montante em 31 de dezembro de 2017 de R\$58 (R\$53 em 31 de dezembro de 2016).

Resolução CNPE nº 03/13

As empresas de geração do Grupo EDP - Energias do Brasil, por meio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - APINE e da Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica - ABRAGEL, ajuizaram ação judicial visando a suspensão dos efeitos da Resolução CNPE nº 03/13, editada pela União, que instituiu ratião entre todos os agentes do mercado de energia elétrica de parte dos custos incorridos com a excessiva utilização de energia proveniente de fontes térmicas (petróleo, carvão e gás), em decorrência da escassez do regime de chuvas (Encargo de Serviço do Sistema - ESS).

Em 27 de maio de 2013 foi concedida liminar no âmbito das ações ordinárias em trâmite na 4ª Vara Federal do Distrito Federal, tornando sem efeito o disposto nos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 03/13, impedindo de incluí-las no rateio dos custos calculados conforme a referida resolução.

Em 05 de dezembro de 2014 foi proferida sentença de procedência, ratificando os termos da liminar. A União apresentou recurso, o qual foi negado pelo Tribunal Regional Federal - TRF em junho de 2016. Em 30 de janeiro de 2017 a União interpôs recurso especial. As contrarrazões foram protocoladas pela APINE em 04 de maio de 2017. Aguarda-se julgamento do recurso.

Baseados nos fatos e argumentos acima, os assessores jurídicos classificaram o risco de perda como possível. O valor estimado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$30.799 (R\$12.128 em 31 de dezembro de 2016).

23.1.2.2 Fiscais

Discussão na esfera administrativa de autuação da Receita Federal do Brasil em 2014, que visa a cobrança de IRPJ e CSLL em decorrência da glosa de despesas com ágio gerado na aquisição de participação societária. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2017 é de R\$88.431 (R\$85.592 em 31 de dezembro de 2016). A Companhia obteve decisão favorável na 2ª instância administrativa e, atualmente, aguarda julgamento do recurso apresentado pela Procuradoria.

23.2 Licenças ambientais

Refere-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Lajeado, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

A controlada realizou o ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa implícita ao projeto de 6% a.a., que representa o custo médio de capital da controlada na data da assinatura do contrato de concessão, e compreende o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

Em 22 de dezembro de 2014 foi emitida pelo Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins a renovação da Licença de Operação - LO nº 11.182/14, válida pelo período de 5 anos, a contar da data de emissão. Como condicionantes da LO, a controlada deverá dar continuidade à determinados PBAs relacionados às licenças anteriores.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, foram reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já a licença de operação, obtida para a entrada em operação comercial da usina, e suas devidas renovações, foram reconhecidas como ativo intangível e serão amortizadas pelo prazo que representa a vigência da licença.

A controlada segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a controlada investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da controlada.

Os desembolsos de natureza ambiental ocorridos durante o exercício foram de R\$7.203 (R\$6.945 em 2016). Deste montante, R\$6.747 (R\$4.784 em 2016) referem-se aos itens de manutenção da licença ambiental que já haviam sido provisionados e capitalizados e R\$456 (R\$2.161 em 2016) são relativos a gastos do programa de monitoramento de solos, águas subterrâneas e superficiais e proteção de biodiversidade e da paisagem, em contrapartida do resultado do exercício na rubrica de Serviços de terceiros.

	Consolidado						
	Saldo em 31/12/2016	Adições	Pagamentos	Atualização monetária	Transferências	AVP	Saldo em 31/12/2017
Circulante	10.354	359	(6.747)	(110)	2.199	8	6.063
Não circulante	4.747	-	-	(106)	(2.199)	300	2.742
Total	15.101	359	(6.747)	(216)	-	308	8.805

24 Patrimônio líquido

24.1 Capital social

O Capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2017 é de R\$6.868 (R\$306.868 em 31 de dezembro de 2016). Conforme descrito na nota 4.3, a Companhia deliberou em AGE realizada em 26 de outubro de 2017 pela redução de seu capital social no montante de R\$300.000, mantendo-se inalterada a proporção da participação de cada acionista no capital social.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

As ações preferenciais são classificadas como Patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis ou somente resgatáveis por opção da Companhia. Não dão direito a voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do Capital social.

A composição do Capital social em 31 de dezembro de 2017 e 2016, está demonstrada a seguir:

	Quantidade de ações "ON"		% Participação		Quantidade de ações "PNA"		% Participação		Quantidade de ações "PNB"		% Participação	
	Quantidade	% Participação	Quantidade	% Participação	Quantidade	% Participação	Quantidade	% Participação	Quantidade	% Participação	Quantidade	% Participação
EDP - Energias do Brasil	113.690.037	100,00%										
Governo do Estado de Tocantins					8.278.231	100,00%	8.278.231	4,07%				
Centrais Elétricas												
- Brasileiras - Eletrobras			81.549.616	100,00%			81.549.616	40,07%				
Outros	4	0,00%	4	0,00%			8	0,00%				
Total	113.690.041	100,00%	81.549.620	100,00%	8.278.231	100,00%	203.517.892	100,00%				

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

24.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

- 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;
 - 25% serão destinados ao pagamento de dividendos;
 - o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.
- Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	Nota		31/12/2017	
	2017	2016	2017	2016
Lucro a ser destinado				
Lucro líquido apurado no exercício			124.511	124.511
Destinação do lucro				
Dividendos intermediários - JSCP			12	59.900
Dividendos intermediários			12	40.001
Dividendos adicionais propostos			24.3	24.610
			124.511	124.511
Dividendos por ação PNA - JSCP				0,33656
Dividendos por ação PNB - JSCP				0,26609
Dividendos por ação ON - JSCP				0,26609
Dividendos intermediários PNA				0,37562
Dividendos intermediários PNB				0,33804
Dividendos intermediários ON				0,33804

De acordo com o artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais classes "A" e "B" têm as seguintes vantagens:

- As ações preferenciais classe "A" gozam do direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial classe "A", 10% superior ao atribuído a cada ação ordinária; e
- As ações preferenciais classe "B" gozam do direito de:
 - prioridade no recebimento de um dividendo mínimo, não cumulativo, no valor de R\$748; e
 - recebimento de dividendo adicional, quando e no montante que o dividendo pago às ações ordinárias exceder o mínimo garantido às ações preferencias classe "B", calculado por ação, sendo que o pagamento dos dividendos das ações preferenciais classe "B" é subordinado ao pagamento das ações preferenciais classe "A".

O Acordo de Acionistas celebrado com a Eletrobrás prevê: (i) distribuição integral dos lucros apurados na forma de dividendos e/ou Juros Sobre o Capital Próprio; e (ii) garantia de rendimento à Eletrobrás equivalente a 49,67% do lucro de cada exercício, composto pelos dividendos das ações preferenciais, das partes beneficiárias e reservas constituídas, exceto a de investimentos.

24.3 Reservas

	Nota		
	31/12/2017	2016	31/12/2016
Reservas de capital			
Partes beneficiárias	24.3.1	451.376	451.376
Ágio na incorporação de sociedade controladora	24.3.2	127.827	127.827
		579.203	579.203
Reservas de lucros			
Legal		401	61.373
Retenção de lucros		24.3.4	24.236
Dividendos adicionais propostos		24.2 e 24.3.5	24.155
		25.011	109.764
Total		604.214	688.967

24.3.1 Partes beneficiárias

A Companhia, em AGE de 15 de fevereiro de 2006, aprovou a alteração no Estatuto, criando: (i) 53.210.337 ações preferenciais nominativas não conversíveis, sem direito a voto e que terão direito ao recebimento de dividendos 10% superior ao atribuído a cada ação ordinária; e (ii) 10.000 partes beneficiárias, sem valor nominal, negociáveis e estranhas ao Capital social, conferindo aos seus titulares direito de crédito eventual contra a Companhia, no montante equivalente a 10% do lucro anual apurado pela Companhia, observado o disposto na Lei nº 6.404/76.

Estas ações, bem como as partes beneficiárias, foram integralmente subscritas e adquiridas, naquela data, pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras.

O prazo de duração das partes beneficiárias é até 31 de outubro de 2032, quando serão, caso não tenham sido resgatadas, automaticamente convertidas em ações preferenciais Classe "A" (Artigo 14 do Estatuto) correspondente a 5,084% do total das ações emitidas pela Companhia (Artigo 14, Parágrafos 1º e 2º do Estatuto). O resgate pode ocorrer a qualquer tempo por deliberação da Companhia até o término do prazo de duração das partes beneficiárias. O instrumento denominado partes beneficiárias cumpre com os itens 16C e 16D do CPC 39, e como tal, é classificado como um instrumento patrimonial. Além do exposto, o item AG26 do CPC 39 descreve que, quando as distribuições aos acionistas das ações preferenciais, cumulativas ou não, ocorre de acordo com o critério do emissor, as ações são instrumentos patrimoniais.

Assim, consideramos que ações ordinárias, ações preferenciais e partes beneficiárias devem ser classificadas como o mesmo tipo de instrumento, ou seja, patrimonial, pois possuem basicamente as mesmas características.

24.3.2 Ágio na incorporação de sociedade controladora

O valor do acervo líquido incorporado pela Companhia, no montante de R\$127.827, foi integralmente destinado à Reserva Especial de Ágio na Incorporação, registrado no Patrimônio líquido da Companhia na forma do disposto no artigo 6º da Instrução CVM nº 319/99, sem alteração, do montante do capital subscrito e integralizado (Nota 17.1.2.1).

24.3.3 Reserva legal

A Reserva legal é constituída em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, representada por 5% do lucro líquido antes de qualquer outra destinação, não excedente à 20% do capital social.

A redução do saldo da reserva no exercício de 2017 de R\$60.972 é decorrente da compensação de Prejuízos acumulados provenientes de ajustes de exercícios anteriores, conforme mencionado na nota 3.

24.3.4 Retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

O saldo em 31 de dezembro de 2016 de R\$24.236 foi distribuído como dividendos (Nota 12) conforme deliberação da AGE realizada em 29 de setembro de 2017.

24.3.5 Dividendos adicionais propostos

Refere-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório deliberada em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e pode ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital.

O saldo em 31 de dezembro de 2016 de R\$24.155 foi distribuído como dividendos adicionais (Nota 12) conforme deliberação da AGE realizada em 11 de abril de 2017.

24.4 Outros resultados abrangentes

Referem-se à contabilização de passivos oriundos de benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais, na controlada Investco, conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12 e regras estabelecidas no CPC 33 (R1), deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos.

A movimentação de Outros resultados abrangentes no exercício é a seguinte:

	Controladora			Consolidado		
	Saldo em 31/12/2016	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2017	2017	2016	2017
Ganhos e (Perdas) atuariais: Benefícios pós-emprego da controlada	242	30	272			
	242	30	272			

25 Receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que: (i) os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade; (iii) os custos associados possam ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

A receita com suprimento de energia elétrica é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A receita de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado são reconhecidas mensalmente conforme contrato de arrendamento.

	Controladora		Consolidado				
	Nota	2017	2016	MWh (*)		R\$	
				2017	2016	2017	2016
Suprimento de energia elétrica		3.285.832	3.263.556	579.699	539.541	3.320.625	3.298.333
Energia de curto prazo		70.533	-	5.507	2.364	73.769	4.095
Arrendamentos e alugueis	8	-	-	-			

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

28 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) por meio da aplicação da alíquota de 9%.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, sendo reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido.

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
		Reapresentado		Reapresentado
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	188.454	183.200	215.090	253.354
Alíquota	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL	(64.074)	(62.288)	(73.130)	(86.140)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes				
Doações	(51)	(25)	(49)	(30)
Resultados de equivalência patrimonial	11.867	23.678		
Juros sobre o capital próprio	11.447	10.190	26.747	31.452
Outras	(23)		(8.304)	(19.079)
Outros				
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos	(9.766)	(9.766)	(9.766)	(8.834)
Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores	468	1.164	608	1.164
Incentivos fiscais	24	24	59	48
Despesa de IRPJ e CSLL	(50.108)	(37.023)	(63.835)	(81.419)
Alíquota efetiva	26,59%	20,21%	29,68%	32,14%

29 Resultado por ação

O resultado básico por ação consolidado é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas.

Nos exercícios de 2017 e 2016, a Companhia e sua controlada não operaram com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2017	2016
		Reapresentado
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas das ações:		
Ordinárias (ON)	64.904	68.578
Preferenciais Classe "A" (PNA)	54.881	57.988
Preferenciais Classe "B" (PNB)	4.726	4.993
	124.511	131.559

Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)

Ordinárias (ON)	113.690	113.690
Preferenciais Classe "A" (PNA)	81.550	81.550
Preferenciais Classe "B" (PNB)	8.278	8.278
	203.518	203.518

Resultado básico e diluído por ação (reais/ações)

Ordinárias (ON)	0,57089	0,60321
Preferenciais Classe "A" (PNA)	0,67298	0,71107
Preferenciais Classe "B" (PNB)	0,57089	0,60321

Segue abaixo a conciliação do Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas, conforme requerido pelo CPC 41:

	Resultado por classe de ações (sem ajustes)		Resultado por classe de ações	
	Ajustes (Nota 24.2)			
2016				
Ordinárias (ON)	73.492	(4.914)		68.578
Preferenciais Classe "A" (PNA)	52.716	5.272		57.988
Preferenciais Classe "B" (PNB)	5.351	(358)		4.993
	131.559	-		131.559
2017				
Ordinárias (ON)	69.555	(4.651)		64.904
Preferenciais Classe "A" (PNA)	49.892	4.989		54.881
Preferenciais Classe "B" (PNB)	5.064	(338)		4.726
	124.511	-		124.511

30 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia e sua controlada mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia e sua controlada não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

30.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento ou quando os títulos expirarem.

30.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial, e se a Companhia e sua controlada gerenciam os investimentos e tomam as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

• Outros ao custo amortizado

São designados para essa categoria os ativos e passivos financeiros cujo o registro é o montante pelo qual os mesmos são mensurados em seu reconhecimento inicial, menos as amortizações de principal, mais os juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva menos qualquer redução por ajuste ao valor recuperável ou impossibilidade de pagamento.

	Nota	Níveis	Controladora			
			Valor justo		Valor contábil	
			31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa	5					
Aplicações financeiras		Nível 2	74.748	154.053	74.749	154.053
Empréstimos e recebíveis						
Caixa e equivalentes de caixa	5					
Bancos conta movimento			8.323	4.893	8.323	4.893
Títulos a receber	7		7.494	7.495	7.494	7.495
Concessionárias	6		60.903	55.464	60.903	55.464
			151.468	221.905	151.469	221.905
Passivos Financeiros						
Outros ao custo amortizado						
Fornecedores	18		38.554	31.083	38.554	31.083
Debêntures	19		595.255	449.755	601.350	455.129
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	14		4	28	4	28
			633.813	480.866	639.908	486.240
			Consolidado			
			Valor justo		Valor contábil	
			31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa	5					
Aplicações financeiras		Nível 2	97.745	178.782	97.746	178.782
Empréstimos e recebíveis						
Caixa e equivalentes de caixa	5					
Bancos conta movimento			8.916	5.876	8.916	5.876
Concessionárias	6		62.206	56.396	62.206	56.396
Rendas a receber	8		4.218	6.767	4.218	6.767
Outros créditos - Partes relacionadas			4	54	4	54
			173.089	247.875	173.090	247.875
Passivos financeiros						
Outros ao custo amortizado						
Fornecedores	18		29.998	15.003	29.998	15.003
Debêntures	19		595.255	449.755	601.350	455.129
Uso do bem público	22		38.490	39.805	47.597	49.759
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	20					
Moeda nacional			86.263	87.447	86.263	87.447
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	14		866	76	866	76
			750.872	592.086	766.074	607.414

30.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia e sua controlada projetam os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela BM&FBOvespa, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia e de sua controlada que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado das Debêntures e do Uso do bem público diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Aplicações financeiras: são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço e, conforme o caso, baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo e trazidos a valor presente pelo risco de crédito da instituição financeira correspondente;

(ii) Debêntures: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito; e

(iii) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente por meio da taxa de 9,7% a.a. que representa a taxa atual de captação de empréstimos e financiamentos da controlada, incluindo o risco de crédito.

30.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia e sua controlada. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos financeiros:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e de sua controlada, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

30.2 Gestão de risco

A política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil abrange todas as suas unidades de negócios e está alinhada à estratégia do Grupo EDP em suas operações no mundo. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia e de sua controlada, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

Desde 2006 o Grupo EDP - Energias do Brasil desenvolveu processos para monitoramento e avaliação dos riscos corporativos. A partir de 2010, foram criados novos métodos e um novo dicionário de riscos, tendo sido o mesmo consolidado em 2011 como uma Norma de Risco Corporativo, e mantida atualizada desde então.

A gestão de riscos corporativos é baseada nos melhores modelos de governança tais como COSO ERM - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* e ISO 31.000. A gestão integrada de riscos atua como facilitadora no processo de gestão integrada de riscos, auxiliando na identificação, classificação, avaliação e gerenciamento dos riscos e tem como objetivo assegurar que os diversos riscos inerentes a cada uma das áreas da empresa sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria da empresa.

O Comitê de Risco é composto por 3 "*Risk Officers*" separados por natureza dos riscos (Estratégicos, Energético/Regulatório, Financeiros e Operacionais) e pela Diretoria Executiva.

O Comitê de Risco realiza reportes periódicos para o Comitê de Auditoria para o acompanhamento das atividades da Gestão de Risco. Além disso, no sentido de potencializar sinergias de governança entre a função de Gestão de Risco, Auditoria Interna e *Compliance*, estas funções se encontram reunidas debaixo de uma mesma diretoria.

30.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

As Debêntures captadas pela Companhia apresentadas na nota 19, possuem como contraparte os agentes fiduciários Pentágon S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e Oliveira Trust. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia e sua controlada possuem um risco de mercado associado ao CDI. Deve-se considerar que a Companhia e sua controlada estão expostas a oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia e sua controlada não possuem exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.

30.2.1.1 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia e de sua controlada em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia e sua controlada, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado por ambas, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Controladora						
		Aging cenário provável	Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)	
		Até 1 ano	2 a 5 anos	Provável	risco em 25%	risco em 50%	risco em 25%	risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	4.368	4.368	4.368	1.092	2.184	(1.092)	(2.184)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	4.368	-	4.368	1.092	2.184	(1.092)	(2.184)
Debêntures	CDI	(66.667)	(122.933)	(189.600)	(44.780)	(89.088)	45.253	91.044
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(66.667)	(122.933)	(189.600)	(44.780)	(89.088)	45.253	91.044
		(62.299)	(122.933)	(185.232)	(43.688)	(86.904)	44.161	88.860
		Consolidado						
		Aging cenário provável	Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)	
		Até 1 ano	2 a 5 anos	Provável	risco em 25%	risco em 50%	risco em 25%	risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	5.874	5.874	5.874	1.468	2.937	(1.468)	(2.937)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	5.874	-	5.874	1.468	2.937	(1.468)	(2.937)
Debêntures	CDI	(66.667)	(122.933)	(189.600)	(44.780)	(89.088)	45.253	91.044
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(66.667)	(122.933)	(189.600)	(44.780)	(89.088)	45.253	91.044
		(60.793)	(122.933)	(183.728)	(43.312)	(86.151)	43.785	88.107

A curva futura do indicador financeiro CDI, está em acordo com o projetado pelo mercado e alinhada com a expectativa da Administração da Companhia e de sua controlada. O indicador teve seu intervalo conforme apresentado a seguir: CDI entre 7,00% e 8,50% a.a.

30.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e da sua controlada em

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

30.2.6 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia e de sua controlada para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

	Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016
Total dos empréstimos e debêntures	601.350	455.129
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(83.072)	(158.946)
Dívida líquida	518.278	296.183
Total do Patrimônio líquido	611.354	935.105
Total do capital	1.129.632	1.231.288
Índice de alavancagem financeira - %	45,88%	24,05%

31 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

31.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

	Nota	Controladora					Saldo em 31/12/2017
		Saldo em 31/12/2016	Efeito caixa	Ajuste a valor presente	Adições/baixas	Outros	
Títulos a receber	7	7.495	1.554	(571)	(984)		7.494
Capital social	24.1	306.868	(300.000)				6.868
Dividendos	12	72.473	(144.674)		139.307	13.835	80.941
Debêntures	19	455.129	96.452		49.769		601.350
		841.965	(346.668)	(571)	188.092	13.835	696.653
Consolidado							
	Nota	Saldo em 31/12/2016	Efeito caixa	Ajuste a valor presente	Adições/baixas	Outros	Saldo em 31/12/2017
Capital social	24.1	306.868	(300.000)		160.289	13.835	6.868
Dividendos	12	86.340	(168.711)		67.275		91.753
Empréstimos, financiamentos e debêntures	19 e 20	542.576	71.301	6.461	67.275		687.613
		935.784	(397.410)	6.461	227.564	13.835	786.234

31.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Constituição de dividendos e JSCP a receber	21.729	30.053		
Constituição de dividendos e JSCP a pagar	50.915	56.282	58.952	67.398
Provisão para custos com licença ambiental no imobilizado e intangível				359
Total			72.644	72.561

32 Compromissos contratuais e Garantias

32.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia e sua controlada apresentam os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia e de sua controlada, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP.

	Controladora				Consolidado	
	2018	2019 a 2020	2021 a 2022	A partir de 2023	Total Geral	Total Geral
Responsabilidades com locações operacionais	154.011	262.911	212.161	584.959	1.214.042	1.268.923
Obrigações de compra						
Compra de Energia	21.846	21.015			42.861	61.869
Materiais e serviços	466	426			892	2.788
Prêmio de risco - GSF				16.717	16.717	15.351
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	66.667	77.524	26.756	601.676	170.947	95.336
	242.990	361.876	238.917	601.676	1.445.459	1.444.267
Consolidado						
	2018	2019 a 2020	2021 a 2022	A partir de 2023	Total Geral	Total Geral
Responsabilidades com locações operacionais	204				204	492
Obrigações de compra						
Compra de Energia	21.846	21.015			42.861	61.869
Materiais e serviços	25.821	12.419	2.121		40.361	49.529
Prêmio de risco - GSF				17.014	17.014	15.623
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	66.667	77.524	26.756	170.947	170.947	95.336
	114.538	110.958	28.877	17.014	271.387	222.849

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Miguel Nunos Simões Nunes Ferreira Setas Presidente	Luiz Otavio Assis Henriques Conselheiro	Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire Conselheiro	Luiz Augusto Pereira de Andrade Figueira Conselheiro	Antonio Frederico Pereira da Silva Conselheiro
---	---	---	--	--

DIRETORIA

Luiz Otavio Assis Henriques Diretor-Presidente e Diretor Executivo	José Cherm Pinto Diretor Técnico	Eduardo Masson Diretor	Alankardek Ferreira Moreira Diretor	André Luís Nunes de Mello Almeida Diretor de Contabilidade, Tributos e Gestão de Ativos Leonardo Nery dos Santos Gestor de Contabilidade UNG e FT Contador - CRC 1SP 261342/O-2
--	--	----------------------------------	---	---

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas

Lajeado Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Lajeado Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Lajeado Energia S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lajeado Energia S.A. e da Lajeado Energia S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
-----------------	---

Ações preferenciais resgatáveis (Nota 20)

O capital social da controlada é composto por ações ordinárias e preferenciais. Dentre elas, as ações preferenciais classes "A", "B" e "C" são resgatáveis até o término do contrato de concessão, ou seja, até 15 de janeiro de 2033. Em razão de a controlada não ter o direito de evitar a entrega de caixa ou outro ativo financeiro para os detentores destas ações, o valor correspondente dessas ações vem sendo classificado nas demonstrações financeiras consolidadas como um instrumento financeiro de dívida e descontado a valor presente.

Focamos nessa área pois o valor em razão da relevância dessa transação no contexto das demonstrações financeiras consolidadas e uma mudança nas condições ou circunstâncias poderia trazer ajustes significativos na posição patrimonial e financeira, e consequentemente, no desempenho do Consolidado.

Provisões e obrigações fiscais (Notas explicativas 2.4, 3, 9 e 23.1)

Entre as estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras nos próximos exercícios estão as provisões fiscais, cíveis e trabalhistas.

Especialmente os casos de natureza tributária, decorrem de discussões em relação à escrituração fiscal, interpretações e aplicações de normas nos cálculos de tributos. A administração, com o apoio de seus consultores tributários internos e externos, discute a aplicação das normas tributárias e estima os possíveis desfechos para esses diversos assuntos, contabilizando aqueles que terão provável saída de recursos da entidade.

Esse assunto envolve julgamento da administração na leitura e interpretação de normas tributárias, bem como evoluções jurisprudenciais, que podem mudar ao longo dos anos. Com isso, o desfecho, quando ocorrer, e os valores envolvidos definitivos, podem ser diferentes daqueles considerados para provisão ou divulgação. Por essa razão, essa foi uma das áreas que mereceu especial atenção da auditoria.

Recuperabilidade de tributos diferidos ativos (Nota 10)

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia e sua controlada possuem registrados R\$ 69.562 mil em tributos diferidos ativos fundamentados na expectativa de geração de lucros tributáveis, que deve considerar os limites de compensação de 30% do lucro tributável para compensação anual de prejuízos fiscais, conforme legislação vigente.

Consideramos esse um dos principais assuntos de nossa auditoria pois a avaliação pela administração da Companhia sobre os critérios de constituição dos ativos envolve normas tributárias diversas e a estimativa de realização desses créditos envolve premissas e julgamentos críticos e subjetivos na projeção de lucros tributáveis futuros.

Em conjunto com os nossos especialistas da área tributária entendemos o objeto das principais questões, dos processos em andamento e testamos a documentação suporte da avaliação da Administração, relacionada à determinação de valores e opiniões de consultores internos e externos, quando aplicável. Para selecionadas opiniões, solicitamos e obtivemos confirmação direta dos consultores jurídicos responsáveis pelos processos.

Sugerimos ajustes contábeis, processados pela administração e que gerou reapresentação das demonstrações financeiras (Nota 3) e avaliamos se as divulgações realizadas estão alinhadas com as normas contábeis relevantes.

Observamos que as conclusões da administração e a documentação suporte estão consistentes com o nosso entendimento sobre os temas envolvidos, e com as divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Em relação aos lucros tributáveis futuros, efetuamos confronto com as projeções da administração, que testamos nos termos descritos no assunto "Avaliação da perda por redução ao valor recuperável", descrito a seguir.

Da aplicação dos procedimentos de auditoria descritas acima, consideramos razoável o critério e as condições para o diferimento dos referidos tributos, que estão suportados por projeções de resultados e que as divulgações estão consistentes com as informações e dados obtidos em nossos testes.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2017, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	Controladora					31/12/2016
	2018	2019 a 2020	2021 a 2022	A partir de 2023	Total Geral	
Responsabilidades com locações operacionais	168.323	336.646	336.646	1.683.232	2.524.847	2.693.171
Obrigações de compra						
Compra de Energia	21.846	21.846			43.692	60.244
Materiais e serviços	368	352			720	2.242
Prêmio de risco - GSF						49.179
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	45.359	56.109	22.076		123.544	143.775
	235.896	414.953	358.722	1.683.232	2.692.803	2.948.611
Consolidado						
	2018	2019 a 2020	2021 a 2022	A partir de 2023	Total Geral	Total Geral
Responsabilidades com locações operacionais	161				161	407
Obrigações de compra						
Compra de Energia	21.846	21.846			43.692	60.244
Materiais e serviços	20.386	10.352	1.894		32.632	40.996
Prêmio de risco - GSF				872	872	50.005
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	45.359	56.109	22.076		123.544	143.775
	87.752	88.307	23.970	872	200.901	295.442

32.2 Garantias

	Controladora				Consolidado	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Valor em risco de indenização	Limite máximo	Valor em risco de indenização	Limite máximo	Valor em risco de indenização	Limite máximo	Valor em risco de indenização
Subestações				25.736	12.002	9.390
Usinas				972.428	225.736	1.042.261
Prédios e conteúdos (próprios e terceiros)				1.101	1.101	1.462
Transportes (veículos)				1.600	1.600	1.600
Seguro de Vida	979	(*)	396	(*)	10.364	(*)
Seguro garantia						9.786
						(*)

33 Cobertura de seguros

A Companhia e sua controlada mantêm apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP - Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	Controladora		Consolidado		
	2017	2016	2017	2016	
Valor em risco de indenização	Limite máximo	Valor em risco de indenização	Limite máximo	Valor em risco de indenização	Limite máximo
Subestações				25.736	12.002
Usinas				972.428	225.736
Prédios e conteúdos (próprios e terceiros)				1.101	1.101
Transportes (veículos)				1.600	1.600
Seguro de Vida	979	(*)	396	(*)	10.364
Seguro garantia					

(*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$556 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$1.389.

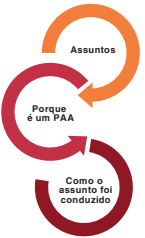
A Investco possui seguro patrimonial da usina onde, dentre os itens segurados, destacam-se: máquinas e equipamentos de geração e transmissão de energia elétrica.

A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil, estendida para a Companhia e sua controlada, com os limites conforme apresentados abaixo:

(i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$50.000;

(ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$18.218; e

(iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R\$82.705.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Avaliação da perda por redução ao valor recuperável (impairment) (Nota 16 e 17)	
Em 31 de dezembro de 2017, os ativos classificados no grupo do imobilizado e intangível somavam o montante de R\$ 1.571.997 mil. Eventuais perdas por redução do valor recuperável (<i>impairment</i>) de bens do ativo imobilizado e intangível são determinadas a partir de estimativas do valor em uso desses ativos.	Entre outros, executamos os procedimentos de auditoria descritos a seguir, com o apoio de nossos especialistas em <i>Corporate Finance</i> . Analisamos e questionamos as previsões de fluxo de caixa futuro e o processo usado em sua elaboração, comparamos dados financeiros utilizados com o mais recente versão do orçamento, acompanhamos a aprovação desse processo pelo Conselho de Administração, bem como realizamos testes do cálculo do valor em uso.
Em 2017, a Companhia procedeu ao teste de recuperabilidade e concluiu que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável.	Questionamos as principais premissas utilizadas, solicitando análises e estudos que deram base para as estimativas mais críticas, bem como a taxa de desconto utilizada, confrontando com as entidades comparáveis. Consideramos que as premissas adotadas pela Administração são razoáveis e os dados e informações por nós observados são consistentes com as divulgações em notas explicativas.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo